

# Política

SUCESSÃO

O deputado Afif Domingos está irritado com o governo por decretos-leis do presidente Sarney. Contra isso, ele garantiu — ontem, na convenção do PL — que vai brigar pela antecipação de eleições.

## Campanha: eleições em março.

### O PMDB, evitando suas divergências internas.

O PMDB, o maior e mais dividido partido do País, está evitando, por ora, agravar suas divergências internas, consideradas inevitáveis na corrida sucessória. Cauteloso, o partido só pretende começar a examinar a sucessão depois que o plenário da Constituinte definir o sistema de governo e a duração do mandato.

No parlamentarismo em 1988, a solução seria uma. No parlamentarismo, a partir de março de 89, outra diferente. No presidencialismo, as posições seriam mais aprofundadas, já que o eleito seria chefe de governo e chefe de Estado, e não apenas peça decorativa.

Se o plenário restabelecer o presidencialismo, como prevê a maioria, e ainda com eleições em novembro de 1988, ninguém segura o PMDB. Os vários presidenciais sairão na busca de esquemas e apoios, principalmente de governadores e prefeitos.

No presidencialismo não parecem boas as chances de Ulysses Guimarães. Os mais cotados, no momento, são Mário Covas, Orestes Quêrcia, Waldir Pires, José Richa e Miguel Arraes. Alguns líderes naturais do partido estão se movimentando, inconformados com as gestões de alguns governadores "autênticos" e "históricos" em torno de Quêrcia, classificado por eles de "populista" e sem qualquer alinhamento ideológico.

O grupo de centro-esquerda do PMDB, segundo revelações de seus líderes, não se conforma, por exemplo, com o anunciado "namoro" do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, "um autêntico", com Newton Cardoso e Quêrcia, ambos populistas e sem qualquer compromisso ideológico. As facções de esquerda têm nítida preferência pelo líder Mário Covas. O concorrente que mais recebem é, justamente, Quêrcia. Dizem, inclusive, que seria o preferido do Palácio do Planalto.

Depois de Covas, as esquerdas do PMDB pensam em Waldir Pires, governador da Bahia, para presidente ou para vice-presidente — se esse cargo não for extinto, conforme proposta do deputado Maurílio Ferreira Lima, coordenador da bancada do PMDB de Pernambuco e cabo-eleitoral de Arraes.

Os coordenadores do movimento pela criação de uma nova agremiação — como Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga, por exemplo — acreditam que, com nova legenda, Mário Covas crescerá, distanciando-se do Planalto e das facções de centro-direita e de direita.

Se depender dos moderados e se não houver implosão do PMDB,

Covas seria o último nome a ter o apoio. Depois dele seguem, pela ordem de rejeição, José Richa, Miguel Arraes e Waldir Pires. Ninguém está acreditando na candidatura Newton Cardoso. Restaria Quêrcia — que insiste em dizer que vai cumprir seu mandato.

No parlamentarismo, a solução dependeria de duas decisões — a aprovação desse sistema no plenário e a fixação do tempo de mandato de Sarney. Aprovado o parlamentarismo com sua implantação a partir de março próximo, o grande favorito é Ulysses Guimarães. Seu principal cabo-eleitoral, neste caso, é Fernando Henrique Cardoso. Dificilmente Covas e Richa ficariam contra.

Covas e Richa estariam fora de cogitações. O senador paulista, bem antes do senador paranaense, colocou-se contra o governo Sarney. Richa seguiu logo depois o caminho da crítica, da frustração e da decepção com seu amigo.

Dos confiáveis ao presidente Sarney, além de Ulysses — apesar de tudo —, os primeiros da lista seriam o atual ministro Prisco Viana e o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna — os preferidos dos moderados. O problema, neste caso, seria como fazer a Câmara aprovar um ou outro.

No momento, os presidenciais do PMDB tendem a torcer pelo presidencialismo. Mas ninguém confessa algum receio pela candidatura Brizola. "Seria um desastre para o PMDB um debate pela TV do Quêrcia com o Brizola. O Quêrcia só sabe dizer 'tudo bem'", desabafou um cabo-eleitoral de Covas.

Os sindicatos dos Escritores e dos Jornalistas emitiram, neste fim de semana, nota de repúdio contra amigos e familiares do falecido ex-governador Carvalho Pinto, que se recusam a pagar os custos gráficos de impressão de 3.300 exemplares do livro "Carvalho Pinto: em ritmo de hoje", escrito pelo jornalista Ruy Marcucci.

O comportamento de parentes e amigos de Carvalho Pinto foi denunciado pelos sindicatos como forma arbitrária de ação ao exigirem do escritor que suprimisse da obra dois de seus capítulos — "Perfil ideológico" e "Socialismo e ideais progressistas". Chegaram a impor ao autor que reescrevesse ou substituisse os capítulos.

A não concordância por parte de Ruy Marcucci à exigência dos familiares de Carvalho Pinto fez com que se rompesse acordo anteriormente firmado de pagamento das despesas de gráfica. "A censura, em qualquer nível, é incompatível



Afif: irritado com os decretos-leis.

### Eleições gerais? Só com muita crise.

As eleições gerais em 1988, pretendidas por líderes como os deputados José Lourenço (PFL), Amaral Neto (PDS) e Gastone Righi (PTB), entre outros, não serão aprovadas pela Constituinte a não ser em caso de grave crise política. Essa é a opinião de um dos defensores das eleições gerais, o deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), que aponta como um dos principais motivos para a rejeição da proposta o fato de o PMDB não se interessar por ela. Os peemedebistas em geral veriam na convocação de novas eleições uma tentativa de se revogar a esmagadora maioria conquistada pelo partido na votação do ano passado, graças ao adiamento das correções no

Plano Cruzado, o que foi considerado pelo deputado Delfim Neto (PDS-SP) um "verdadeiro estelionato eleitoral". Além disso, muitos governos estaduais vivem sufocantes problemas administrativos e enfrentam desgastes com a sociedade que não estimulam testes com urnas. Há ainda o fato de nada indicar que a eventual popularidade do PMDB venha a beneficiar candidatos do PFL, PDS, ou PTB; e, por último, há a indisposição dos políticos de passar por nova prova, depois das caríssimas e cansativas campanhas do ano passado e ainda mais num momento em que a classe política passa por uma fase de intenso desprestígio entre a população.

### DESTAQUE POLÍTICO

"A nova Constituição pode sair em 40 ou 60 dias"

Deputado Antônio Brito, depois de acompanhar as reuniões para discutir os acordos da Constituinte.

com os anseios democráticos do povo brasileiro. Para se ter democracia é preciso ter liberdade", diz a nota emitida pelo Sindicato dos Jornalistas.

#### Cz\$ 1 milhão de elogios

Por Cz\$ 1 milhão por mês, o animador Abelardo Chacrinha Barbosa assinou um contrato com o governo do Rio. Ele vai fazer um programa matinal na Rádio Roquete Pinto, emissora oficial do Estado, para competir com a apresentadora Cidinha Campos, da Rádio Tupi, simpá-

tizante do PDT. Cidinha, uma das líderes do rádio do Rio, amiga de Chacrinha, só lamenta que o animador tenha de se submeter, por antecipação, a falar bem do governador Moreira Franco. E, sobre o salário de Chacrinha, ela não se surpreende: "Para elogiar Moreira, até que ele vai ganhar pouco".

#### PC do B em rede

O PC do B levará ao ar hoje, em cadeia de rádio e tevê, seu segundo programa deste ano. A ordem do partido é polemizar com as teses pre-

O deputado federal do PL, Guilherme Afif Domingos, garantiu ontem, durante a convenção do partido, em Santo André, que vai deflagrar uma campanha dentro do Congresso pela antecipação das eleições para março ou logo após o término da Constituinte, caso o presidente José Sarney "continue insistindo em baixar decretos-leis". Afif mostrou-se irritado com o pacote fiscal que o governo deve anunciar nos próximos dias e propôs até que o Congresso se reúna em regime de urgência para evitar que o pacote se transforme em decreto-lei.

"É uma grande afronta, não à Constituinte, mas a toda a sociedade", reagiu o deputado do PL, acusando o governo de "falsidade ideológica", de promover "o estelionato eleitoral" e de se utilizar, agora, para administrar o País, do mesmo instrumento que tanto criticava antes de assumir o poder — os decretos-leis.

Ao lamentar a falta de iniciativa do governo para apresentar as propostas de lei para efetiva discussão no Congresso, Afif lembrou os decretos-leis instituídos no passado, "que nem sequer foram lidos, mas cujo efeito se faz sentir no bolso do indefeso cidadão que não tem recursos para se defender".

Sem querer comentar nenhum dos itens que compoem o pacote fiscal, por considerar que "todos são ruins", o deputado do PL reiterou a intenção de articular um movimento no Congresso pela antecipação das eleições, caso os rumos do governo Sarney não mudem. Quanto à sua indicação para candidato à Presidência da República, Afif Domingos a considera um "processo especulativo, já que dentro do programa do PL — que por se tratar de partido novo precisa do fortalecimento pelas bases — o primeiro passo seriam as prefeituras". Portanto, pela lógica, ele

deveria concorrer primeiro à Prefeitura de São Paulo.

#### Regimento

O acordo para alteração do regimento interno da Constituinte deve sair nos próximos dois dias, previu Guilherme Afif Domingos. Defendendo o diálogo — "e não o confronto" — como a melhor forma de resolver a questão, o deputado do PL propôs a votação por capítulos e não por títulos.

Quanto aos pontos polêmicos, Afif considera que o Congresso deveria se reunir em regime de urgência, a partir de quarta-feira, para votar todas as matérias tributárias pendentes, inclusive o novo pacote, para evitar o decreto-lei. Dessa forma, raciocina o deputado constituinte, em dezembro os grupos discutiriam aqueles pontos, para apresentar em janeiro o substitutivo pronto para votação.

#### A convenção

Não foi por acaso que o ABC paulista foi escolhido como uma das primeiras regiões a organizar as convenções municipais do Partido Liberal: o reduto do PT representa um dos principais alvos do PL nas próximas eleições municipais. A frente do comando da estruturação do partido na região estão principalmente comerciantes e industriais que tentam impedir a ascensão dos petistas.

A maioria desses profissionais nunca participou ativamente da política. E o PL surge como a alternativa para os que querem pôr fim ao simples financiamento de candidaturas e fazer com que a classe produtiva também ocupe cargos políticos.

Com 2,3 milhões de habitantes e 1,3 milhão de eleitores, o ABC poderá ser um dos mais efervescentes cenários de disputa nas eleições municipais. O PT surge como forte concorrente em pelo menos três dos sete municípios que formam a região: São Bernardo do Campo, Santo André e Diadema — cuja prefeitura é hoje a única do Estado sob o comando dos petistas.

Embora só depois de realizar as convenções municipais, regionais e nacionais é que o PL receberá o registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral, os diretórios da Capital não realizaram sua convenção no dia de ontem, possivelmente à espera da definição da nova Constituição do País.

De qualquer forma, se o partido lançar candidato próprio para a Prefeitura de São Paulo, no ano que vem, o nome será Guilherme Afif Domingos. E se decidir não lançar candidato, fará coligação para enfrentar o inimigo comum, que é o PMDB. Hoje mesmo, o partido deverá inaugurar o "Espaço Liberal", destinado a promover debates, conferências, cursos, e que terá caráter suprapartidário, funcionando em um casarão da avenida República do Líbano.

sidencialistas da direita, dos generais, do PDT e do PT. Num caloroso pronunciamento, o presidente do partido, João Amazonas, vai conchamar o povo a resistir à "conspiração golpista em curso no País contra a Constituinte". O programa do PC do B vai aproveitar também para fazer uma pesada denúncia sobre a irresponsabilidade das autoridades ligadas à CNEN no controle do lixo atômico.

#### Contra-retaliação

O Estado do Espírito Santo pode reaver o direito à liberação de um empréstimo de Cz\$ 600 milhões junto ao Banco do Brasil para pagamento de obras em atraso. O presidente em exercício Ulysses Guimarães atendeu ao pedido depois da visita do senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES). O empréstimo, que já havia sido acertado em setembro, foi suspenso logo depois de aprovada a emenda dos quatro anos para o presidente Sarney.